



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Semana traz dados de inflação e novas estimativas oficiais para as contas públicas deste ano

As atenções da semana estarão voltadas para o resultado do IPCA-15 de julho, que deve voltar a mostrar números mais contidos. O indicador, que será divulgado na sexta (25), deve subir 0,29% no mês, próximo ao observado em junho (0,26%). O indicador deve seguir mostrando alguma descompressão dos preços dos alimentos consumidos no domicílio, além dos efeitos da redução nos preços dos combustíveis às distribuidoras pela Petrobras. Com o resultado, o IPCA-15 deve ficar praticamente estável no acumulado em 12 meses, passando de 5,27% para 5,26%. De todo modo, os agentes devem avaliar se o processo de desinflação permanece restrito aos preços dos alimentos e bens industriais, que tem se beneficiado da apreciação cambial, crescimento da safra agrícola e queda dos preços das *commodities*; ou, se começam a surgir sinais de alguma descompressão também nos preços dos serviços, mais sensíveis à demanda interna, e bastante relevantes para a condução da política monetária.

Também na sexta (25), o Banco Central divulga as estatísticas do setor externo referentes a junho, que devem seguir mostrando um menor conforto das contas externas do país. O mercado estima déficit em transações correntes de US\$ 4,6 bi no mês, um pouco acima do registrado em jun/24 (US\$ 4,5 bi), pressionado pela resiliência das importações (demanda interna ainda aquecida) e queda nos preços das *commodities* exportadas. Com o resultado, o déficit em transações correntes deve se aproximar de US\$ 70 bi em 12 meses, o equivalente a 3,3% do PIB, mesmo patamar da entrada de investimento estrangeiro direto no país.

Em relação às contas públicas, o governo deve divulgar o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2025 e os dados da arrecadação de impostos referentes a junho. O relatório apresentará estimativas atualizadas das receitas e despesas obrigatórias, além da necessidade atual de bloqueios e contingenciamentos para cumprir e meta fiscal do ano. Com a manutenção apenas parcial do decreto do IOF, o Relatório deve reduzir em cerca de R\$ 9,0 bi a expectativa de aumento da arrecadação com o tributo (R\$ 20,5 bi) em relação ao Relatório do 2º bimestre. Contudo, a expectativa de realização do leilão de áreas do pré-sal em novembro, além do bom desempenho observado pela arrecadação neste primeiro semestre devem ser mais do que suficientes para compensar a “perda” com o IOF. Com isso, é possível que o governo reduza parte do contingenciamento de R\$ 31 bi anunciado no fim de maio, ou pelo menos mantenha o atual nível, caso adote uma postura mais conservadora. Vale lembrar que o governo já publicou uma MP com elevação de alíquotas de impostos sobre uma série de atividades (títulos isentos, *bets*, entre outros), mas que ainda não foi apreciada pelo Congresso, e se aprovada, deve gerar efeitos apenas a partir de 2026. Nesta direção, na semana também deve ser conhecido o resultado da arrecadação de junho, que deve seguir com um bom ritmo de crescimento, reforçando o quadro positivo para a arrecadação do ano.

No cenário internacional, haverá a reunião de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), que após oito reduções de juros seguidas, deve pausar o processo de afrouxamento monetário, mantendo a taxa de depósitos em 2,0% aa. A decisão reflete a percepção de que os juros já se encontram em terreno neutro na região (ou seja, em nível que nem estimula ou contrai a atividade). Contudo, dadas as incertezas decorrentes da guerra comercial e o recente fortalecimento do euro frente ao dólar, as atenções estarão nas indicações sobre a possibilidade (e a necessidade) de o BCE voltar a cortar os juros em um futuro próximo, a depender da evolução do cenário. A decisão ocorre na quinta-feira (24).

Dentre os indicadores, serão conhecidas as prévias de julho dos índices PMIs de julho nos EUA e na Europa, que trarão os primeiros sinais da temperatura das respectivas economias no início deste 2º semestre. Nos EUA, será importante acompanhar o quão resiliente a atividade se mantém, em meio às tensões envolvendo a imposição das tarifas de importação sobre os principais parceiros comerciais do país. Na Europa, os agentes buscarão pistas de alguma recuperação da economia, dado o ciclo já avançado de flexibilização monetária no continente. Os números serão divulgados na quinta-feira (24).



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
22/jul	Relatório Bimestral de Receitas e Despesas	3º bi/25	-	-
24/jul	Reunião CMN	-	-	-
25/jul	IBGE: IPCA-15	Jul/25	0,29% m/m 5,26% a/a	0,26% m/m 5,27% a/a
25/jul	BCB: Estatísticas do Setor Externo	Jun/25	US\$ -4,6 bi	US\$ -2,9 bi
25/jul	FGV: Sondagem de Confiança – Consumidor	Jul/25	-	85,9 pts
Sem data	RFB: Arrecadação Federal de Impostos	Jun/25	-	7,7% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
19/jul	China	Taxas de Juros Prime: 1 ano e 5 anos	Jul/25	3,00% aa; 3,50% aa	3,00% aa; 3,50% aa
23/jul	Zona do Euro	Confiança do consumidor	Jul/25 – prévia	-15,6 pts	-15,3 pts
23/jul	EUA	Vendas de casas existentes	Jun/25	-0,7% m/m	0,8% m/m
24/jul	Zona do Euro	PMI Manufatura e Serviços	Jul/25 – prévia	49,7 pts / 50,6 pts	49,5 pts / 50,5 pts
24/jul	Zona do Euro	BCE: Reunião de Política Monetária	-	2,00% aa; 2,15% aa; 2,40% aa	2,00% aa; 2,15% aa; 2,40% aa
24/jul	EUA	PMI Manufatura e Serviços	Jul/25 – prévia	52,5 pts / 53,0 pts	52,9 pts / 52,9 pts
24/jul	EUA	Vendas de casas novas	Jun/25	4,3% m/m	-13,7% m/m
25/jul	EUA	Pedidos de bens duráveis	Jun/25	-10,5% m/m	16,4% m/m

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores de atividade reforçam sinais de um crescimento menor da economia no 2º trimestre

As *proxies* mensais do PIB reforçaram os sinais de algum esfriamento da economia no 2º trimestre. O índice IBC-Br de atividade econômica, calculado pelo Banco Central, recuou 0,74% em maio, após ficar praticamente estável em abril (+0,05%). O desempenho veio bem abaixo do esperado (0,0%) e interrompeu uma sequência de quatro altas seguidas. Com isso, o carregamento estatístico para o 2º trimestre aponta expansão de apenas 0,2%, sugerindo um crescimento modesto no período, após avançar 1,4% no trimestre anterior, então impulsionado pela super safra agrícola.

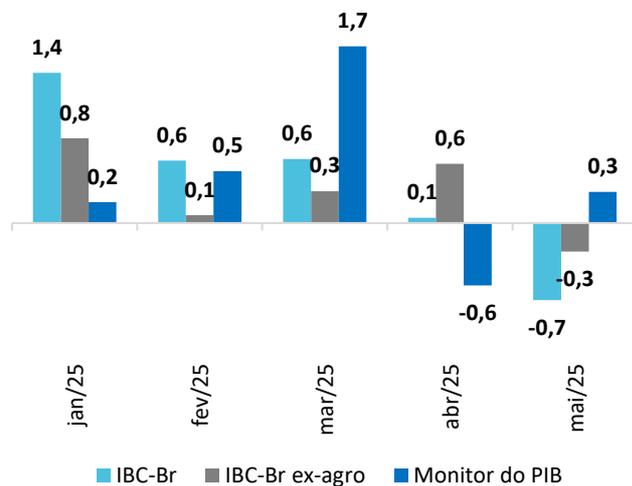
A leitura de maio registrou o terceiro recuo mensal seguido da agropecuária (-4,2%), após os efeitos positivos da super safra em janeiro e fevereiro; a segunda queda da indústria (-0,5%) e estabilidade dos serviços. Este foi, inclusive, o primeiro recuo no ano tanto do indicador cheio, quanto do índice ex-agro (-0,3%), reforçando a percepção de uma atividade doméstica mais fraca no 2º trimestre.

Na mesma direção, o Monitor do PIB, calculado pela FGV, também mostrou um desempenho contido em maio. Contudo, o indicador subiu 0,3% no mês, revertendo a queda (-0,6%) captada em abril. Para o 2T25, o carregamento estatístico ficou em 0,9%, sugerindo um cenário melhor do que o apontado pelo índice IBC-Br, mas também abaixo do observado pelo indicador no 1T25 (+1,2%).

No mês, a alta do Monitor foi sustentada pelo setor de serviços, enquanto indústria e agropecuária registraram retração, sob a ótica da oferta. Já sob a ótica da demanda, a FGV observou alguma resiliência da demanda doméstica, mas também com sinais de acomodação. O consumo das famílias cresceu pelo quinto mês consecutivo, mas segue em trajetória de desaceleração ante o mesmo período de 2024, com alta de 2,1% agora em maio (ante pico de 5,7% em ago/24). Já os investimentos voltaram a crescer após 2 meses de queda, mas também mantendo a trajetória descendente na comparação com 2024, com alta de 6,9% em maio (ante pico de 10,8% em set/24).

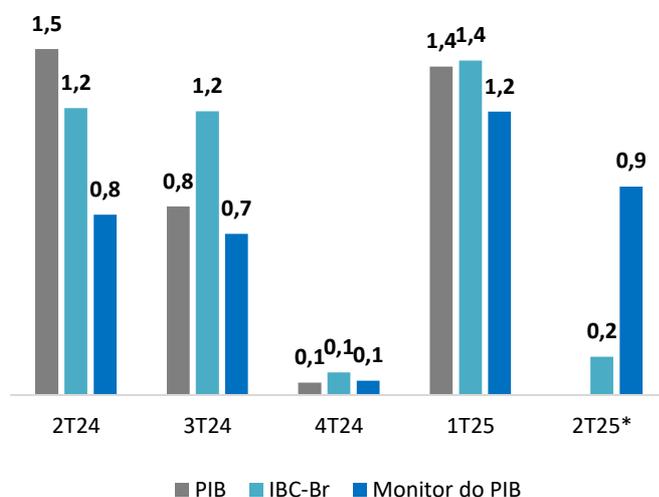
De forma geral, os indicadores sugerem um crescimento menor da economia no 2º trimestre, refletindo a política monetária contracionista e o aumento das incertezas no ambiente internacional. O mercado de trabalho ainda aquecido e medidas de estímulo (fiscais e de crédito) continuam dando algum suporte à atividade, mas aparentemente não o suficiente para reverter a trajetória de desaceleração.

Quadro 1: *Proxies* mensais do PIB (IBC-Br e Monitor do PIB) – Var.% mensal



Fonte: BCB e FGV

Quadro 2: PIB e *Proxies* mensais – Var.% trimestral e Carry Over 2T25



Fonte: IBGE, BCB e FGV

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Pressão política para o Fed voltar a reduzir os juros aumenta nos EUA

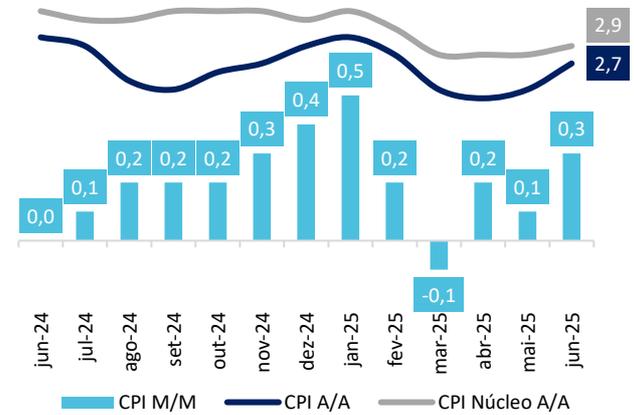
Além das incertezas trazidas pela guerra comercial e a imposição das “tarifas recíprocas” a partir do início de agosto, o noticiário econômico da semana nos EUA foi marcado pelo aumento da pressão para o Fed voltar a reduzir os juros. Houve, inclusive, a especulação de que Donald Trump iria demitir o presidente do Fed, Jerome Powell, mas diante da repercussão negativa no mercado, com a percepção de perda de independência e credibilidade da instituição, além do fato de Powell ter um mandato até maio de 2026 (o que dificultaria o movimento), logo os rumores foram negados. De toda forma, a pressão segue grande, com alguns diretores mais alinhados ao governo atual (Christopher Waller), defendendo que os juros sejam reduzidos já na próxima reunião (julho). De toda forma, os agentes seguem precificando a manutenção dos juros na reunião do fim do mês, com queda apenas em setembro.

Do ponto de vista da inflação, o CPI subiu conforme o esperado em junho (+0,3%), com indícios dos primeiros repasses das tarifas em bens tipicamente importados como móveis (+1,0%) e vestuário (+0,4%). Também houve alta de 0,3% na alimentação no domicílio, cujos itens ainda devem ser pressionados pela recém-anunciada tarifa de 17% para o tomate vindo do México, além das tarifas de 50% para o Brasil. As altas foram parcialmente compensadas pelos recuos em veículos novos (-0,7%) e usados (-0,3%). Em 12 meses, o indicador acelerou para 2,7%, enquanto o núcleo atingiu 2,9% (ante +2,8%).

Com relação à atividade, as vendas no varejo subiram 0,6% no mês de junho, bem acima do esperado (+0,1%), recuperando parcialmente o dado fraco de maio (-0,9%). Já a produção industrial subiu 0,3% no mês, também acima do esperado (+0,1%). Tais números, em conjunto com os resultados positivos dos balanços das empresas que já divulgaram seus resultados referentes ao 2T25, ajudaram a levar o índice S&P500 para um novo recorde histórico.

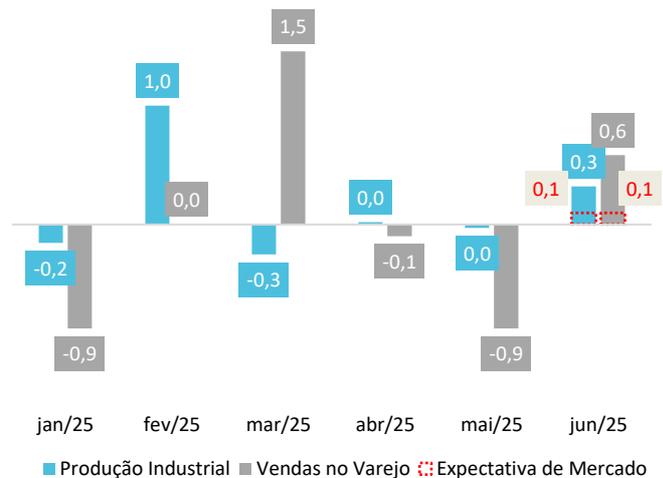
Na China, o PIB subiu 5,2% no 2T25 ante o mesmo período de 2024, pouco acima das expectativas (5,1%). O número representa ligeira desaceleração (5,4% no 1T25), mas demonstra alguma resiliência da economia chinesa, apesar das pressões decorrentes das tarifas, demanda interna fraca e crise no setor imobiliário. Os dados de atividade de junho mostraram que a indústria acelerou seu crescimento, com alta de 6,8% (ante jun/24), enquanto o varejo cresceu em ritmo mais contido (+4,8%). No mesmo comparativo, as exportações seguiram surpreendendo, com alta de 5,8%, embora as importações (+1,1%) sigam sem dinamismo.

Quadro 3: EUA – Inflação ao Consumidor (CPI)
Var. % m/m e a/a



Fonte: Bloomberg

Quadro 4: EUA – Produção Industrial e Vendas no Varejo – Var. % m/m



Fonte: Bloomberg

Quadro 5: China – PIB
Var. % a/a



Fonte: Bloomberg

Resultado Financeiro dos Bancos Norte-Americanos – 2º tri/25

CRÉDITO / BANCOS

Os principais bancos dos EUA divulgaram seus resultados referentes ao 2º trimestre de 2025, que voltaram a mostrar, no geral, números acima do esperado. As instituições têm conseguido manter um nível interessante de rentabilidade, se beneficiando do ambiente mais volátil, que tem aumentado as receitas em áreas relacionadas a negociações no mercado de capitais. Em relação ao mercado de crédito, a margem líquida de juros (NII) voltou a crescer, com a interrupção do ciclo de flexibilização monetária pelo Fed, enquanto os gastos com PDD seguem bem-comportados, indicando que as condições financeiras dos consumidores seguem relativamente saudáveis. Contudo, as perspectivas seguem incertas, o que tem levado a algum conservadorismo nos *guidances* das instituições.

Quadro 6: Indicadores Financeiros dos Principais Bancos dos EUA no 2º tri/25

Indicadores	JP Morgan	Citi	BofA	Wells Fargo	Goldman Sachs
Lucro Líquido US\$ bi	15,0	4,0	7,1	5,5	3,7
Lucro por Ação Divulgado / Ajustado* (expectativa)	5,24 / 4,96* (4,48)	1,96 (1,60)	0,89 (0,86)	1,60 / 1,54* (1,41)	10,91 (9,53)
ROE anualizado (trimestre)	18,0%	7,7%	10,0%	12,8%	12,8%
Receita US\$ bi	45,7	21,7	26,5	20,8	14,6
Despesas com PDD US\$ bi (- = liberação de PDD)	2,8	2,9	1,6	1,0	0,4
Carteira de Crédito US\$ bi	1.412,0	725,3	1.147,1	924,4	217 mi

JP MORGAN: O maior banco dos EUA registrou lucro líquido de US\$ 15,0 bi no 2T25, equivalente a US\$ 5,24 por ação (ou US\$ 4,96, sem contabilizar benefícios fiscais de US\$ 774 mi no segmento Corporate), superando por larga margem as expectativas dos analistas (US\$ 4,48 por ação). O resultado representa um ligeiro crescimento ante o trimestre anterior (+2,3%), mas queda de 17,4% na comparação anual, decorrente de ganhos não recorrentes de US\$ 5,0 bi da venda de ações da Visa no 2º trimestre de 2024 (ou seja, sem tal efeito, o lucro teria crescido 14,4% ante o 2T24). Com isso, o ROE do banco ficou em 18,0% no trimestre, estável ante o 1T25.

Na comparação com o 2º trimestre de 2024, as receitas caíram 10,4% afetadas pela venda da Visa em 2024. Sem tal efeito, as receitas teriam crescido 6,0%. Destaque para a unidade do banco de investimento (+9,0%), que soube navegar o ambiente turbulento causado pela guerra comercial de Trump, puxado pelas receitas com negociações de ações (+15,0%) e renda fixa (+14,0%), mantendo o segmento como o de maior geração de receita do banco (US\$ 19,5 bi, 43% do total) à frente do varejo (US\$ 18,8 bi; 41%). No varejo, as receitas subiram 6,5%, com alta de 14,8% nos ganhos com cartão de crédito. As despesas operacionais, por sua vez, caíram no comparativo anual (-0,6%). Já os gastos com provisões (PDD) recuaram 6,7% ante o 2T24, totalizando US\$ 2,8 bi, com predomínio do cartão de crédito. Embora o atraso acima de 30 dias do produto tenha seguido estável em comparação com o 2T24 (2,06% ante 2,08%), o estoque de provisão para o cartão saltou 13,6%, acima do avanço da carteira (7,8%), indicando a expectativa de alguma piora na inadimplência do produto. Por fim, a carteira de crédito do JP subiu 6,9% em 12 meses, atingindo US\$ 1,412 tri.

CITI: registrou um lucro líquido de US\$ 4,0 bi no 2T25, equivalente a US\$ 1,96 por ação e acima do esperado (US\$ 1,60). O resultado representa certa estabilidade (-1,1%) ante o trimestre anterior, quando atingiu o melhor resultado desde o início de sua reestruturação, mas uma expressiva alta de 24,9% ante o mesmo período de 2024. De toda forma, o ROE segue abaixo de seus pares, ficando em 7,7%.

As receitas atingiram US\$ 21,7 bi no trimestre, acima do esperado (US\$ 21,0 bi) e com alta de 7,6% ante o 2T24, levando o banco a afirmar que deve atingir o teto de seu *guidance* para o ano (US\$ 84 bi). O desempenho positivo foi disseminado entre as áreas, com destaque para o banco de investimento (+18,1%) e mercados globais (+15,6%). As despesas com PDD subiram 16,0% em 12 meses, em função da piora esperada do cenário macroeconômico, que levou a uma elevação da provisão para perdas futuras, segundo o Citi. Já as despesas operacionais seguem controladas, com alta de apenas 1,7%. A carteira de crédito atingiu US\$ 725,3 bi (+5,5% em 12 meses).

Resultado Financeiro dos Bancos Norte-Americanos – 2º tri/25

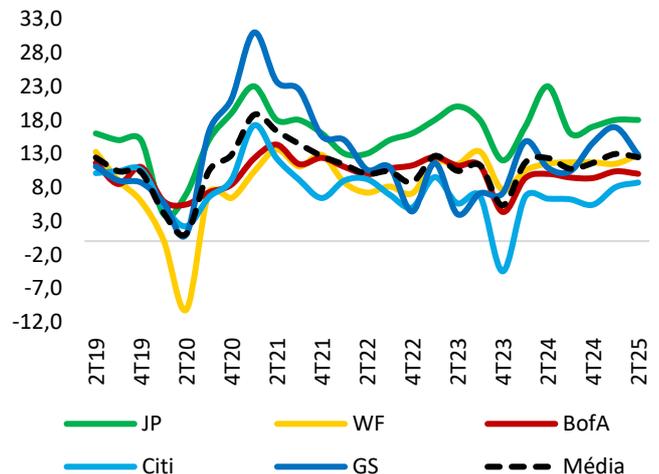
BofA: registrou lucro líquido de US\$ 7,1 bi no trimestre (US\$ 0,89 por ação), pouco acima do esperado (US\$ 0,86). O resultado representa uma queda no trimestre (-3,8%), mas alta em 12 meses (+3,2%). O ROE anualizado atingiu 10,0%, com queda (-0,4 pp) ante o 1T25 e estabilidade ante o 2T24. A receita ficou levemente abaixo do esperado, em US\$ 26,5 bi (ante US\$ 26,7 bi), com alta de 4,3% em 12 meses. Ainda assim, diferentemente dos seus pares com carteira de crédito relevante, o BofA registrou um aumento considerável (+7,1%) da sua margem líquida de juros (NII) ante o 2T24, devido à resiliência do consumo e aumento dos empréstimos no período. O banco também teve contribuição relevante da área de mercados globais (+9,5%), com alta nos ganhos em negociação de renda fixa, moedas e commodities (+19%) e ações (+10%). Do lado das despesas, a PDD atingiu US\$ 1,6 bi no trimestre, alta de 5,6% em 12 meses, abaixo da expansão da carteira de crédito no período (+8,5%), que atingiu US\$ 1,147 trilhões.

WELLS FARGO: obteve um lucro líquido de US\$ 5,5 bi no 2T25, alta de 12,3% no trimestre e de 11,9% em 12 meses. O lucro por ação foi de US\$ 1,60 (ou US\$ 1,54, conceito ajustado), ambos acima do esperado (US\$ 1,41). O ajuste se refere ao ganho não recorrente com a compra da parte remanescente de uma *joint venture* (mercado de adquirência). O ROE anualizado ficou em 12,8%, com alta de 1,3 pp no trimestre e na comparação anual. Apesar de acima do esperado, o resultado não foi bem recebido pelo mercado, em função da revisão para baixo do *guidance* para a margem líquida de juros (NII) do ano, que deve ficar estável em relação a 2024 (US\$ 47,7 bi). Isso indica que o banco espera estabilidade também no 2º semestre, dado que a NII atingiu US\$ 23,3 bi no 1º semestre de 2025, refletindo a expectativa de juros menores em seus ativos, segundo comunicado. Já as receitas atingiram US\$ 20,8 bi, estável em 12 meses, com alta na unidade do varejo (+2,5%), mas queda no segmento de empresas (-6,1%) e no banco de investimento (-3,4%). Nota-se que, diferentemente dos seus pares, que ganharam com a volatilidade do mercado, as receitas com negociações de ações recuaram 30,6% no Wells Fargo. As despesas com PDD caíram 18,7% em 12 meses, ainda se beneficiando do menor volume de crédito imobiliário comercial em seu balanço, parcialmente compensada por maior provisão dos empréstimos de cartão de crédito. A carteira de crédito, por sua vez, ficou praticamente estável (+0,7%, em 12 meses) e atingiu US\$ 924,4 bi.

GOLDMAN SACHS: reportou um lucro líquido de US\$ 3,7 bi, ou US\$ 10,91 por ação, acima do esperado (US\$ 9,53). O resultado corresponde a uma queda de 21,4% no trimestre, mas alta de 22,3% na comparação anual. O ROE do GS atingiu 12,8%. A receita total foi de US\$ 14,6 bi no período, superando o esperado (US\$ 13,5 bi), em função do bom desempenho do segmento de negociação de ações (+35,6%) e do banco de investimento (+26,6%), com avanço na quantidade de operações (IPO/M&A).

Apesar da elevada volatilidade dos mercados, decorrente da incerteza trazida pela política comercial de Donald Trump, os principais bancos dos EUA têm conseguido manter a rentabilidade em bom patamar (embora com diferenças importantes entre as IFs). O JP segue como o principal destaque, com um ROE na faixa de 18%, enquanto os demais registram rentabilidades entre 8% e 13%. Como exemplo, na média, o patamar atual está acima do observado nos anos anteriores a pandemia da Covid-19 e também dos níveis verificados entre 2022 e 2024. Porém, o cenário segue incerto, com viés de queda da rentabilidade do setor, dada a expectativa de retomada do ciclo de queda dos juros e de desaceleração econômica, com potenciais impactos negativos sobre o mercado de trabalho.

Quadro 7: Rentabilidade (ROE) dos maiores bancos dos EUA - Em % do PL



Fonte: Bloomberg. Elaboração: Febraban.

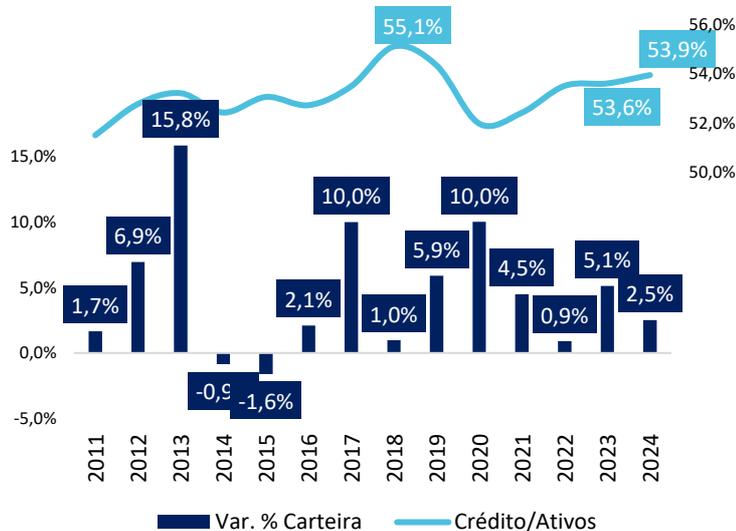
**The Banker
Top 1.000 World Banks 2025**

CRÉDITO / BANCOS

Nesta semana, dando continuidade à análise das informações divulgadas pela revista The Banker - Ranking Top 1000 World Banks 2025, referente ao ano de 2024, analisaremos a carteira de crédito, seu crescimento e a proporção em relação ao total de ativos (razão crédito/ativos) para os maiores bancos do mundo. Importante destacar que, nas análises a seguir, foram retiradas as IFs que não possuíam dados sobre volume de empréstimos; e, para os comparativos anuais, foram consideradas apenas os bancos que reportaram a informação de empréstimos no período avaliado, para evitar o efeito de entrada/saída da base.

A carteira de crédito da amostra, que conta com 972 bancos, atingiu US\$ 87,1 trilhões, alta de 2,5% (em dólar) em 2024. Assim, em um ano ainda marcado por juros altos em diversas economias relevantes, mas com tendência de queda, a carteira de crédito dos 1.000 maiores bancos do mundo seguiu em crescimento, mas com um ritmo inferior ao observado em 2023 (+5,1%) e à média do período pós-pandemia (2021 a 2023), quando ficou em 3,5%. Além disso, chama atenção que o crescimento dos últimos anos tem sido mais fraco do que o apresentado antes da pandemia (+4,5%, entre 2011 e 2019), diante do menor dinamismo da economia mundial desde então. Vale lembrar que os valores são contabilizados em dólar e o índice DXY, que compara a moeda norte-americana com uma cesta de moedas fortes, subiu 6,8% em 2024, o que também ajuda a explicar o resultado mais fraco.

Quadro 8: Crescimento Anual da Carteira de Crédito (em dólares) e evolução da razão Crédito/Ativos



Fonte: The Banker.

Neste sentido, é importante observar o desempenho de uma métrica que desconsidera o efeito cambial, como a relação crédito/ativos totais e que, em alguma medida, consegue captar o “apetite” das instituições ou do setor bancário. O indicador subiu 0,3 pp no ano, atingindo 53,9%, seguindo em trajetória de recuperação após a mínima observada em 2020 (52,0%), mas ainda abaixo da máxima histórica observada em 2018 (55,1%).

O Quadro 9 traz os dados de crédito e a razão crédito/ativos desagregados por regiões e países. Dentre as principais regiões, destaque para a Ásia, região mais relevante do ranking, onde a carteira de crédito cresceu 5,2% (sempre em dólares), liderada pela Índia (+7,0%), onde a economia cresceu 6,5% em 2024, maior crescimento dentre as maiores economias no ano passado. Na China, que tem mantido um crescimento econômico próximo a 5% graças aos estímulos (inclusive no mercado de crédito) que o governo tem adotado para impulsionar a sua economia, a carteira de crédito avançou 5,9%. Com isso, a relação crédito/ativos da região asiática avançou 0,5 pp em 2024, se situando em 57,9%, acima da média global (53,9%). Nos bancos europeus (-2,9%), a retração do crédito pode ser creditada à depreciação do Euro no período (+6,3%), indicando que houve um leve crescimento do crédito (+3,2%) em moeda local. De toda forma, a razão crédito/ativos caiu 0,2 pp em 2024, para 51,4%, em um sinal de baixo apetite dos bancos, reflexo da fraqueza da atividade na região, dado que a expansão do PIB na Zona do Euro foi de apenas 0,9% no ano.

Na América do Norte, a expansão do crédito ficou em 3,2%, pouco acima da média, mas também sem grande dinamismo. A relação crédito/ativos subiu 0,2 pp, atingindo 45,0%. Nos EUA, por sua vez, a carteira de crédito subiu 2,2%, com alta de 2,5% entre os maiores players (JP Morgan, Bofa, Wells Fargo, Citibank, Goldman Sachs e Morgan Stanley) e apenas 1,9% entre as IFs de menor porte. Já a relação crédito/ativos subiu 0,4 pp entre os maiores bancos e caiu 0,4 pp no caso dos bancos menores. Contudo, importante considerar que as IFs menores possuem uma métrica bem acima dos bancos tradicionais (60,1% ante 32,9%). O fraco desempenho do crédito EUA pode ser explicado pelo elevado nível das taxas de juros no país (considerando os padrões históricos) e a expansão do mercado de crédito privado, dado que o PIB seguiu crescendo a um bom ritmo, com alta de 2,8% em 2024.

Já a carteira de crédito dos bancos brasileiros mensurada em dólar recuou 13,2% em 2024, o que implica em uma alta de 10,4% em reais, em linha com o reportado pelo BCB para todo o SFN (+11,5%), ou seja, em patamar bastante elevado. Ainda assim, a razão crédito/ativos recuou 0,6 pp, para 45,5%, em um contexto de aumento da relevância do mercado de crédito privado no país, onde parte dos títulos emitidos (debêntures, CRAs/CRI, entre outros) é encarteirada pelas instituições, ocupando fração maior do balanço.

Quadro 9: Carteira de Crédito e relação Crédito/Ativos por Região e país - 2024

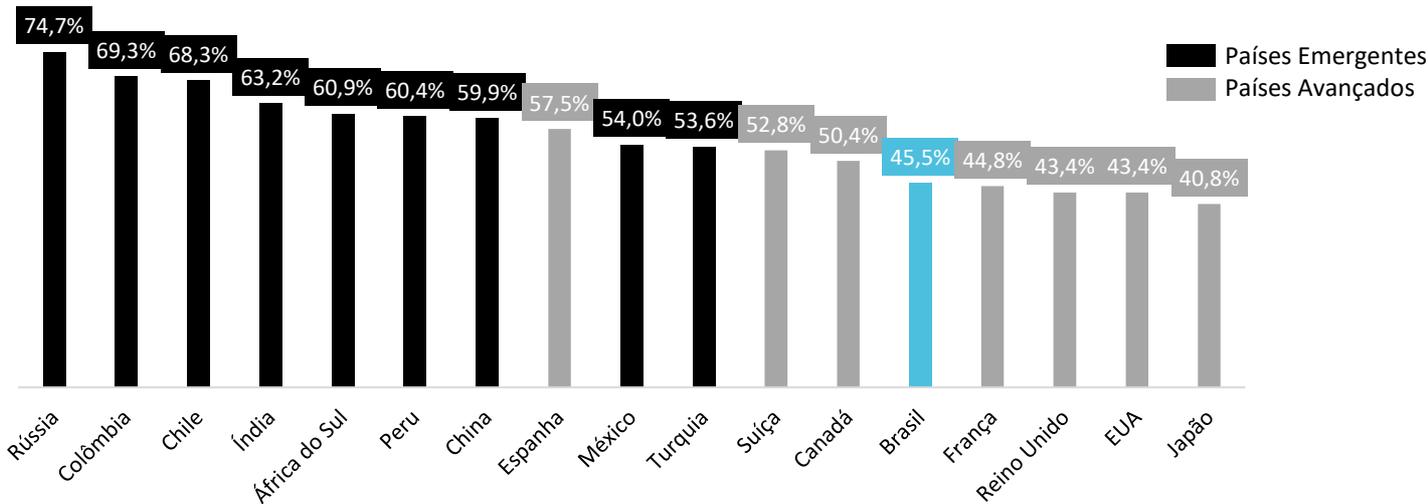
Região/País	Nº de bancos	Empréstimos (US\$ bi)	Var. % (24/23)	Razão Empréstimo/Ativos	Var. pp (24/23)
Ásia e Pacífico	370	44.836	5,2%	57,9%	0,5
China	139	28.707	5,9%	59,9%	0,4
Japão	80	5.201	4,3%	40,8%	0,9
Índia	28	2.126	7,0%	63,2%	-0,5
Coreia do Sul	8	1.765	-7,4%	65,9%	-0,2
Europa	209	22.428	-2,9%	51,4%	-0,2
França	6	4.843	-2,9%	44,8%	0,1
Reino Unido	22	3.753	0,8%	43,4%	-0,1
Suíça	33	1.730	-4,8%	52,8%	0,5
Espanha	13	2.414	-5,1%	57,5%	-0,6
América do Norte	206	13.495	3,2%	45,0%	0,2
EUA	191	10.104	2,2%	43,4%	0,1
6 maiores bancos	6	4.757	2,5%	32,9%	0,4
Demais IFs	185	5.183	1,9%	60,1%	-0,4
Canadá	12	3.334	6,2%	50,4%	0,2
Oriente Médio	62	2.826	9,6%	65,5%	0,4
Europa Leste e Central	30	1.364	0,5%	68,5%	0,6
Rússia	13	1.062	1,1%	74,7%	1,2
América do Sul	36	1.243	-9,3%	49,7%	0,0
Brasil	15	844	-13,2%	45,5%	-0,6
Chile	6	152	-5,4%	68,3%	4,7
África	26	565	4,7%	57,7%	0,4
África do Sul	6	329	6,0%	60,9%	-0,9
América Central	19	208	3,6%	56,5%	2,8
México	9	127	-1,2%	54,0%	2,7
Ásia Central	7	63	6,3%	65,7%	-0,1
Caribe	7	46	5,2%	51,7%	0,1
Total	972	87.074,3	2,5%	53,9%	0,3

Fonte: The Banker.

O Quadro 10 traz a razão crédito/ativos totais para o Brasil e os principais países do ranking. Como é possível observar, o Brasil (45,5%) segue abaixo da maioria dos países emergentes. De todo modo, o valor não necessariamente significa uma baixa alocação em crédito em seus respectivos balanços, uma vez que o volume não considera títulos privados que os bancos carregam em balanço (ou seja, crédito não bancário/operações do mercado de capitais), que em alguns casos pode ser significativo, além de cada jurisdição possuir diferentes exigências de métricas liquidez, o que implica na necessidade de manutenção de variados níveis de ativos líquidos em balanço.

A importância do mercado de capitais pode ser evidenciada pela baixa razão observada no setor bancário norte-americano (43,4%), que conta com um mercado de capitais bastante desenvolvido, não considerado como crédito nas estatísticas. Dentre os países mais relevantes, interessante destacar a China (59,9%), que possui uma alta razão crédito/ativos, com boa parte de sua política de crédito direcionada pelo setor público, sem grande presença de mercado de capitais. Fato similar é observado entre a maioria dos países emergentes, que possuem maior razão crédito/ativos, num contexto de mercado de capitais menos desenvolvido (comparando com os países desenvolvidos).

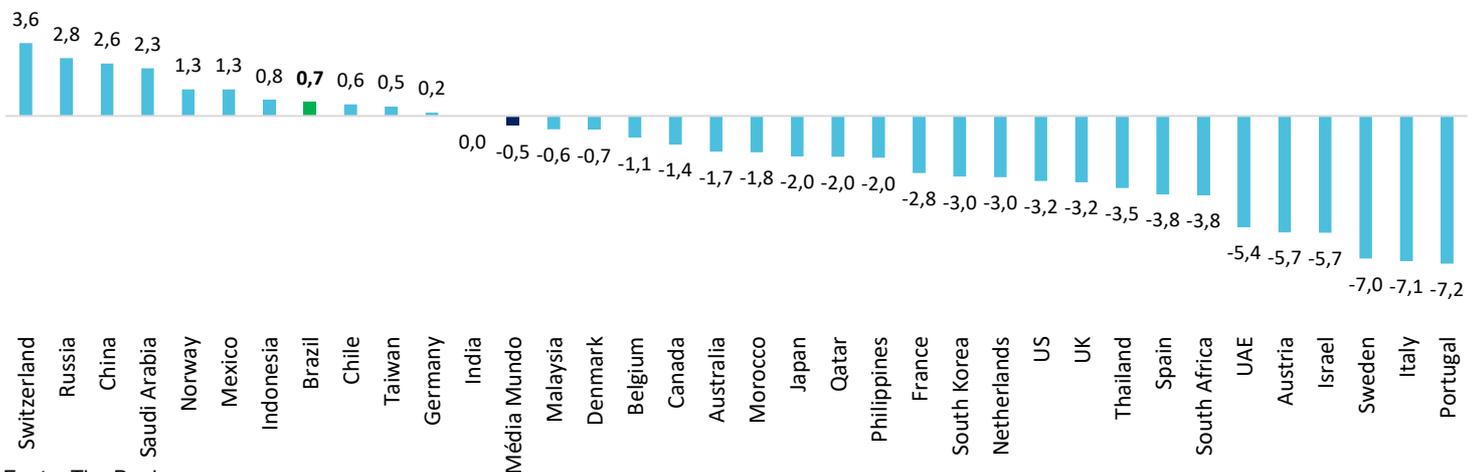
Quadro 10: Razão Crédito/Ativos por país em 2024 – Em %



Fonte: The Banker.

Apesar do nível crédito/ativos mais baixo no Brasil ante outras economias, tal métrica subiu 0,7 pp no país desde a pandemia (ante o nível de 2019). Conforme se observa no Quadro 11, o Brasil é um dos poucos países do ranking cuja relação crédito/ativos subiu no período. A média global recuou 0,5 pp, com setores bancários importantes apresentando quedas relevantes, como o Reino Unido (-3,2 pp) e os EUA (-3,2 pp). Assim, embora o período pós-pandemia tenha sido marcado por um menor dinamismo do mercado de crédito a nível global, diante do ambiente mais incerto (inflação/juros elevados e menor crescimento), o Brasil tem registrado um crescimento relevante do mercado de crédito bancário no período (como observado nos dados oficiais do BCB).

Quadro 11: Var. (em p.p.) da razão Crédito/Ativos por país – 2024 ante 2019



Fonte: The Banker.

Contudo, o crescimento relativamente modesto da economia brasileira nos últimos anos, associado à depreciação do Real, tem feito o país perder relevância no ranking. A participação da carteira de crédito dos bancos brasileiros em relação ao total da amostra caiu para 0,97% em 2024 (ante 1,13% em 2023), a metade do observado no início do ranking, em 2012 (1,94%). Com isso, o país perdeu uma posição, ficando na 18ª posição, deixando a 17ª colocação, que havia sido a melhor marca desde 2017 (16º), conforme Quadro 12.

Quadro 12: Participação (%) e posição do Brasil com relação ao total dos empréstimos





MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2025				2026			
	18/07/25	11/07/25	20/06/25	Viés	18/07/25	11/07/25	20/06/25	Viés
IPCA (%)	5,10	5,17	5,24	▼	4,45	4,50	4,50	▼
PIB (% de crescimento)	2,23	2,23	2,21	↔	1,88	1,89	1,85	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	15,00	15,00	15,00	↔	12,50	12,50	12,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,65	5,65	5,72	↔	5,70	5,70	5,80	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	18/07/25	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,58	0,45%	2,82%	-9,59%	1,87%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	147,98	-0,07%	-0,71%	-31,17%	-2,64%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,92	0,03%	0,08%	21,12%	43,25%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,79	0,07%	0,78%	-3,99%	34,91%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,79	1,75%	4,85%	-11,59%	16,60%
Índice Ibovespa (em pontos)	133.381,58	-2,06%	-3,94%	10,89%	3,04%
IFNC (setor financeiro)	14.580,62	-2,49%	-6,60%	23,26%	13,75%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,50	0,00%	0,00%	0,00%	-18,18%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,87	-0,41%	4,03%	-8,79%	-13,47%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,42	0,14%	4,43%	-2,59%	5,08%
Dollar Index	98,50	0,66%	1,68%	-8,91%	-5,45%
Índice S&P 500 (em pontos)	6.296,79	0,59%	1,48%	6,60%	13,57%
Índice de ações de bancos – EUA	123,00	0,64%	6,34%	2,41%	9,29%
Índice Euro Stoxx 50	5.359,23	-0,45%	1,06%	10,06%	10,04%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	204,37	0,10%	1,68%	40,61%	41,12%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	69,24	-1,59%	2,41%	-6,92%	-18,65%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira